

Educação a Distância no IFG: princípios norteadores

Aprender e ensinar fazem parte da existência humana, histórica e social, como dela fazem parte a criação, a invenção, a linguagem, o amor, o ódio, o espanto, o medo, o desejo, a atração pelo risco, a fé, a dúvida, a curiosidade, a arte, a magia, a ciência, a tecnologia.

(FREIRE, 1993, p. 19)

Apresentação

A Diretoria de Educação a Distância (DEaD) integra a Pró-Reitoria de Ensino do Instituto Federal de Goiás e tem como função precípua atuar na formação inicial e continuada da comunidade interna e externa via tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs).

Art. 68. A Diretoria de Educação a Distância, subordinada a Pró-Reitoria de Ensino, é responsável pela proposição, implementação e desenvolvimento das políticas e ações voltadas para a oferta da educação a distância e para a disseminação, no meio acadêmico, do uso das ferramentas digitais de formação, informação e comunicação nas práticas pedagógicas, no âmbito de todos os Câmpus do IFG (Regimento Geral do IFG, p. 29).

Além disso, a DEaD colabora e dá suporte às ações de ensino, pesquisa e extensão no quesito técnico, relacionado à plataforma *Moodle*, e pedagógico, voltado às práticas de ensino e ao processo de aprendizagem característicos da modalidade a distância, alicerçando-se na concepção de formação humana integral inerente aos princípios e fundamentos da Instituição.

No PPPI e na prática educativa, postula-se a defesa da formação omnilateral, ou seja, verdadeiramente integral do ser humano, pressupondo, portanto, estabelecer nos currículos e na prática político-pedagógica da Instituição a articulação entre educação, cultura, arte, ciência e tecnologia, nos enunciados teóricos, metodológicos, políticos e pedagógicos da ação educativa institucional (Projeto Político Pedagógico Institucional - PPPI, p. 105).

A oferta de cursos na modalidade a distância no IFG teve início em 2010 como parte integrante das ações da Rede e-Tec Brasil. A partir de 2012, foram ofertados cursos técnicos do Programa Profucionário, voltados para a formação dos profissionais da educação básica, em nível subsequente ao ensino médio. Atualmente a DEaD não atua nos programas supracitados, contudo atende aos quatorze câmpus do IFG e às Pró-Reitorias e seus

respectivos setores no que diz respeito à oferta e mediação tecnológica para cursos de formação continuada.

Pautada na pesquisa, estudo e aprendizado acumulados durante seus anos de existência, bem como na experiência compartilhada com outras instituições federais de ensino que têm atuação de referência na oferta de cursos de graduação e pós-graduação, a DEaD vem tecer considerações norteadoras acerca da prática pedagógica a distância no âmbito do IFG.

1. A prática educativa na EaD

A Educação a Distância é aqui compreendida como uma modalidade de ensino que se vale das tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDICs) e de metodologias específicas para a condução do trabalho pedagógico, haja vista a distância física e/ou temporal entre os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem. Na EaD, todo ou parte do curso/disciplina é ministrado a distância e inclui atividades síncronas e assíncronas.

Uma forma de organização da EaD em fase de expansão tem sido o Modelo Bimodal ou Híbrido. O formato híbrido foi impulsionado pela Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018, a qual dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial.

Assim como no presencial, a modalidade a distância, por ser Educação, vale-se da mediação pedagógica para alcançar os objetivos de uma situação educativa. Deste modo, a mediação docente se dá por meio da promoção de condições de ensino favoráveis ao processo de aprendizagem do estudante, por meio de ações pedagógicas que propiciem a aquisição do conhecimento.

De acordo com Cruz (apud MILL, 2018), no âmbito da educação a distância, o conceito de mediação pedagógica surgiu em contraposição à abordagem tecnicista, em voga nos anos de 1970. A partir dessa oposição, a EaD foi se consolidando em uma perspectiva freiriana de aprendizagem. Nesse contexto, prioriza-se a aprendizagem significativa por meio da aproximação pedagógica em detrimento da distância física. Segundo Holmberg (1995), “o sucesso da aprendizagem acontece quando é criada uma relação afetiva por meio de um texto em forma de diálogo motivador, amistoso e que abra espaço para uma comunicação bidirecional entre professor e aluno”.

O construto da mediação pedagógica, portanto, é renovado e ressignificado nas práticas sociais e educacionais e nas maneiras contemporâneas de se fazer EaD, pautadas na dialogia, no acompanhamento, na aproximação pedagógica, na centralidade da aprendizagem por meio da pesquisa e de atividades que promovam o engajamento do estudante com o seu processo de aprendizagem.

Nota-se que saber utilizar as tecnologias (dimensão técnica) para que estas não sejam subutilizadas, juntamente com um saber pedagógico para que a mediação tenha significado para os estudantes, é necessário para uma mediação pedagógica que saiba lidar com o imprevisível do contexto educacional, visando ao desenvolvimento da autoria e do espírito crítico, finalidades necessárias para uma educação que não quer ser reprodutiva, mas crítica e criativa. (FREITAS; SOUSA, 2013, p. 537)

Nas atividades a distância, a mediação pedagógica é dual, podendo ocorrer tanto de forma presencial (nas interações em tempo real, síncronas), como virtualmente (assíncronas), sempre por meio das tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDICs).

Na concepção marxiana (Karl Marx, 1818-1883), a mediação estabelece-se na relação do homem com o mundo perante os desafios de produzir e reproduzir as condições materiais de existência, bem como diante das relações recíprocas com outros indivíduos. Essas mediações se estabelecem por meio de artefatos, tecnologias. Para Vygotsky, a mediação entre homem e mundo exterior ocorre por meio dos signos linguístico-culturais e dos instrumentos historicamente construídos, ou seja, instrumentos “tecnológicos” por meio dos quais a mediação também acontece.

Há que se distinguir alguns termos dos conceitos aos quais estes se referem. De acordo com Carvalho, Silva e Mill (2018), o campo da educação e tecnologias envolve aspectos e reflexões sobre formação de professores para o uso das tecnologias em sala de aula e as implicações cognitivas decorrentes do convívio sujeito-tecnologias, dentre outras. Tecnologia educacional se refere aos artefatos, aos instrumentos, aos meios.

A noção de mediação tecnológica no contexto educacional relaciona-se diretamente com a mediação pedagógica. Para Masetto (2015), a mediação pedagógica caracteriza-se por uma intervenção de caráter intencional, sistematizada, promovida por um educador que atua estabelecendo um elo entre os saberes a serem apropriados e o sujeito aprendiz. Essa abordagem enfatiza o diálogo, a troca de experiências e a participação efetiva nas atividades, envolvendo a relação do docente com os discentes e entre estes e os colegas. É nesse cenário que se instala o debate sobre a mediação em sua relação com as tecnologias educacionais.

Do ponto de vista metodológico, as práticas pedagógicas relacionadas à mediação tecnológica podem assumir diferentes caminhos, e os debates em torno do assunto indicam três frentes de ação: 1) desenvolvimento de estudos, pesquisas e levantamentos sistematizados sobre o potencial pedagógico das mais diversas tecnologias empregadas com finalidades educativas; 2) processo de análise acerca das conexões, das interações e das intercessões possíveis entre os recursos tecnológicos e os objetivos pedagógicos, previstos para a concretização da aprendizagem (MASETTO, 2015); e 3) processo de incorporação das tecnologias no fazer pedagógico, isto é, garantia da efetiva utilização das tecnologias na prática dos

professores, numa acepção de “ação reflexiva da docência” (ZEICHNER,2013), de modo que os saberes, oriundos das experiências desses educadores, possam ser valorizados e reconhecidos com elementos integrantes no exercício da profissão.

Assim, no contexto do ensino a distância, a mediação tecnológica também se faz presente. A mediação tecnológica faz referência à promoção do diálogo entre o sujeito e os conhecimentos, entre educador e educando, entre estudantes e colegas. O termo inclui desde as tecnologias convencionais e analógicas, mote das discussões sobre “tecnologia educacional”, até as tecnologias mais recentes, dentre as quais destacam-se aquelas de base digital, as chamadas TDICs, as novas mídias, os recursos abertos, os objetos de aprendizagem, os ambientes virtuais de ensino e aprendizagem (AVEAs), etc (MILL, 2013).

Todo o processo educativo na EaD acontece por meio da harmonização entre a mediação pedagógica e a mediação tecnológica via TDICs. Assim, algumas ações práticas devem ser consideradas no processo de mediação pedagógica em uma aula a distância (MASETTO, 2013): dialogar e trocar experiências; debater dúvidas e lançar perguntas orientadoras; motivar o estudante; orientá-lo nas carências técnicas ou científicas; propor desafios e reflexões sobre situações-problema; relacionar a aprendizagem com a realidade social e com as questões éticas; incentivar a crítica quanto à quantidade e qualidade de informações de que se dispõe; construir conhecimento com o estudante, tanto no sentido de dar um significado pessoal às informações que se adquirem, como na produção de um conhecimento próprio.

A fim de alcançar os objetivos supracitados, é preciso haver integração entre as mediações discutidas. Ademais, outro aspecto importante a ser considerado no processo de ensino a distância é o acompanhamento docente. Acompanhar os estudantes não se refere somente à verificação da participação destes nas atividades propostas (síncronas ou assíncronas). Para além de tal verificação, há que se manter uma “presença virtual”, indispensável ao processo de mediação e, por conseguinte, à aprendizagem. Nesse contexto, quanto mais diálogo, menor é a distância. O docente deve personalizar os feedbacks sempre que possível e conduzir o coletivo e o individual em suas necessidades de aprendizagem mais prementes.

A partir disso, a Diretoria de Educação a Distância considera que o processo formativo depende da interação entre os sujeitos que nele atuam, por meio da relação dialógica e da co-construção de conhecimento via significação e ressignificação dos mesmos. Nesse ínterim, as mediações tecnológica e pedagógica, assim como o acompanhamento são primordiais em qualquer prática educativa a distância, pois não há aprendizado sem interação.

Importante destacar que a mediação pedagógica/ tecnológica e o acompanhamento são premissas fundamentais para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem a distância, configurando estratégias importantes para a permanência e o êxito dos estudantes. Para

tanto, a formação docente é imprescindível. Não só para a utilização do ambiente virtual de ensino e aprendizagem (AVEA) e de todas as suas funcionalidades, como para mediar, orientar e estimular os estudantes a serem protagonistas de seu processo de aprendizagem.

Na perspectiva da DEaD, a concepção teórico-metodológica aqui apresentada se expande para os cursos de nível médio híbridos, graduação e pós-graduação, híbridos ou a distância, e para quaisquer projetos de formação a distância.

1.1. Avaliação da aprendizagem na EaD

Avaliar é uma atividade que diz respeito ao olhar docente para cada estudante individualmente e também para o coletivo, incluindo as condições externas que influenciam no desenvolvimento educacional dos mesmos. É, antes de mais nada, um instrumento pedagógico que norteia a atividade docente, visto que a avaliação se configura em uma oportunidade formativa adicional, imprescindível à prática educativa, seja na modalidade presencial, seja na modalidade a distância:

Apesar da possibilidade de diferentes modos de organização, um ponto deve ser comum a todos aqueles que desenvolvem projetos nessa modalidade: é a compreensão de EDUCAÇÃO como fundamento primeiro, antes de se pensar no modo de organização: A DISTÂNCIA. Assim, embora a modalidade a distância possua características, linguagem e formato próprios, exigindo administração, desenho, lógica, acompanhamento, avaliação, recursos técnicos, tecnológicos, de infra-estrutura e pedagógicos condizentes, essas características só ganham relevância no contexto de uma discussão política e pedagógica da ação educativa (Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância, 2007, p. 7).

Em complemento, avaliar consiste no ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir resultados melhores (LUCKESI, 2018). Por isso, a avaliação não deve ser classificatória nem seletiva, mas diagnóstica e inclusiva. Isso significa que, para o estudante, o processo avaliativo propicia a verificação de suas conquistas e dificuldades, auxiliando-o na (re)organização contínua de seu processo de aprendizagem.

De acordo com Bloom, Hastings e Madaus (1983), a avaliação presta-se a três funções: diagnóstica, formativa e somativa. A avaliação somativa é comumente utilizada ao final de cada etapa/disciplina e tem a finalidade de atribuir notas ou conceitos, vale dizer, com o objetivo de “medir” o desenvolvimento do estudante, bem como se os objetivos propostos foram alcançados.

A avaliação formativa visa orientar e ajustar a prática pedagógica docente, convertendo as dificuldades dos estudantes em momentos de aprendizagem. A avaliação diagnóstica é geralmente realizada no início de cada etapa do processo, visando tecer um panorama geral sobre os estágios de desenvolvimento dos estudantes. O diagnóstico também orienta o fazer

docente, considerando o conhecimento prévio dos discentes como ponto de partida para o planejamento pedagógico, sempre pautado nos objetivos educacionais a serem alcançados.

No âmbito da EaD, a avaliação deve ser processual, contínua e formativa, servindo-se de suas diferentes funções, a depender do exigido em cada momento do processo educacional. Nessa perspectiva, o acompanhamento contínuo do estudante busca promover uma aprendizagem mais significativa e enriquecedora. Dessa forma, é importante considerar, no processo avaliativo, as dimensões cognitivas, afetivas, atitudinais e comunicacionais, além da postura colaborativa; da relação com conhecimento e com os demais partícipes do processo; da participação nas atividades; da iniciativa; da comunicação/interação; da produção escrita; da organização nos estudos; da proposição de ideias, dentre outras.

Assim, o *feedback* na comunicação virtual, seja síncrona ou assíncrona, constitui-se em uma importante ferramenta avaliativa no ensino a distância. A comunicação e a interação no processo de ensino e aprendizagem a distância acontecem, prioritariamente, por meio da escrita, a partir das diferentes ferramentas do AVEA ou das TDICs. Portanto, é necessário que o *feedback*, isto é, o retorno aos estudantes acerca da atividade realizada, seja em tom amigável, ressaltando os pontos de crescimento, bem como os pontos que necessitam de mais atenção e estudo.

Desta feita, o *feedback* formativo atua como potencializador da aprendizagem do estudante, permitindo-lhe regular e monitorar seu desenvolvimento, sua motivação, sua percepção e sua atitude perante o seu próprio processo de aprendizagem. Sendo assim, o *feedback* formativo pode ser um importante instrumento de avaliação da aprendizagem, sempre por meio da interação e comunicação cuidadosa e em tempo hábil.

Evidentemente, as peculiaridades da modalidade a distância precisam ser observadas durante o processo avaliativo. No ensino a distância, a mediação tecnológica caminha lado a lado com a mediação pedagógica, objetivando a diminuição da distância transacional (MOORE, 1997), o que coaduna com o que nos expõe Mill (2018, p. 75):

Além de flexibilidade espaçotemporal, a mediação tecnológica é uma característica essencial da modalidade e facilita a condução do processo avaliativo, especificamente na avaliação formativa. Desse modo, as tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDICs) oferecem condições necessárias para a promoção de avaliações na modalidade (...). Por meio das TDICs o professor dispõe de recursos e ferramentas que permitem o uso de diferentes estratégias na sala de aula virtual, como a autoavaliação, a avaliação por pares, os debates e as discussões, os questionários, os diários reflexivos, a construção colaborativa, etc. Além disso, também permite explorar a internet, como parte de sua aprendizagem, utilizando metodologias como a WebQuest, entre outras metodologias ativas.

Sob essa perspectiva, a distância geográfica não determina o sucesso ou insucesso do processo de ensino e aprendizagem, mas sim a distância pedagógica. Essa distância faz

emergir um espaço psicológico e de comunicação, no qual se torna possível a ocorrência de mal-entendidos entre as intervenções do professor e as do estudante, constituindo-se em verdadeiro óbice a ser transposto para a consecução dos objetivos do processo de ensino e aprendizagem. Esse espaço foi denominado de distância transacional (MOORE, 1997) e, apesar de se referir especificamente à modalidade a distância, nada impede que ocorra, também, na prática educativa presencial.

Assim, a prática avaliativa deve contribuir para a diminuição da distância transacional e, conseqüentemente, para o desenvolvimento adequado do processo de ensino e aprendizagem como um todo. Isso posto, considera-se que a avaliação da aprendizagem, independente da modalidade, precisa ser contínua, processual, abrangente e coerente com a proposta pedagógica, proporcionando oportunidades formativas significativas por meio de *feedbacks* (resultados do acompanhamento individualizado e coletivo) que (re)orientem o estudante. Ademais, deve, ainda, estimular a reflexão, o diálogo, a interação e a colaboração entre os partícipes do processo educativo.

1.2. Equipe multidisciplinar e o trabalho interdisciplinar

A oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância demanda um trabalho integrado, colaborativo e interdisciplinar. Para tanto, profissionais com diferentes *expertises* devem compor uma equipe multidisciplinar com vistas a atender às especificidades pedagógicas que uma oferta a distância exige. Essa modalidade de ensino abarca o fazer pedagógico em consonância com as ferramentas tecnológicas educacionais disponíveis. Assim, áreas diferentes atuam norteadas pelo fio condutor pedagógico, ou seja, em prol do processo de ensino e de aprendizagem.

Dito isto, necessário se faz que cada câmpus do IFG constitua uma equipe que possa colaborar com a oferta de cursos previstos na modalidade a distância. No caso dos câmpus, colegas que tiveram experiência com EaD podem contribuir. Ademais, profissionais de T.I e audiovisual, assim como da área pedagógica, também têm papel importante. Para tanto, a formação continuada para a EaD deve ser uma constante para as equipes responsáveis pela condução de quaisquer cursos a distância a serem propostos nos câmpus.

No âmbito da Diretoria de Educação a Distância (DEaD), a formação acerca dos princípios que regem a modalidade de ensino a distância necessita ser permanente. É imprescindível o estudo contínuo sobre os princípios da educação a distância inserida no contexto do Instituto Federal de Goiás, contribuindo, assim, para o rompimento com paradigmas equivocados sobre a modalidade. Ademais, a busca pela formação continuada dos integrantes da equipe intenta, também, ir na contramão do senso comum, cuja premissa pauta-se na ideia de que a educação a distância se constitui de uma modalidade de ensino aligeirada, precarizada e desprovida de qualidade. Busca-se, portanto, a desconstrução de

tais rótulos, por meio do trabalho dedicado e comprometido com a qualidade socialmente referenciada.

1.3 Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem Moodle

Os Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem (AVEAs) são *softwares* que, disponibilizados na internet, agregam ferramentas para a criação, a mediação e a gestão de atividades que normalmente se apresentam na forma de cursos. Constituídos a partir do uso de diferentes mídias e linguagens, os AVEAs objetivam proporcionar não só a disponibilização de conteúdos, mas principalmente plena interatividade e interação entre pessoas e grupos, viabilizando, por consequência, a construção do conhecimento.

O Moodle é o Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem adotado pelo Instituto Federal de Goiás para oferecer suporte às atividades de ensino e aprendizagem a distância. Por ser um *software* de acesso livre e gratuito, o Moodle é utilizado por milhares de instituições no mundo todo. Possui uma comunidade forte e atuante que, por meio de sites, livros, vídeos e tutoriais na internet, contribuem para a criação de cursos online, páginas, recursos, atividades, grupos, assim como a interação entre os usuários (fóruns e mensagens). Dentre os principais recursos e atividades do Moodle estão: Arquivo, Livro, Página, Pasta, Rótulo, URL, Fórum, Envio de arquivo (tarefa), Questionário, Base de dados, Wiki, Glossário, dentre outros.

Entre os fatores que contribuem para o sucesso deste AVEA destacam-se a usabilidade, a interface intuitiva e, principalmente, o fato de possibilitar uma perspectiva dinâmica da aprendizagem em que a pedagogia socioconstrutiva e as ações colaborativas ocupam lugar de destaque. Nesse contexto, seu objetivo é permitir que processos de ensino e aprendizagem ocorram por meio não apenas da interatividade, mas, principalmente, pela interação, ou seja, privilegiando a construção/reconstrução do conhecimento, a autoria, a produção do conhecimento em colaboração com os pares e a aprendizagem significativa (SILVA, 2016).

A gestão do Moodle no IFG é realizada pela Diretoria de EaD desde 2012. Com o intuito de atender às demandas formativas da comunidade interna, a equipe de T.I. desenvolveu o Guia EaD, disponível em <http://guiaead.ifg.edu.br>. Trata-se de uma página composta por rotinas e tutorias sobre os mais diversos assuntos relacionados à EaD. Organizado na forma de Wiki, é possível realizar a busca rápida por temas ou funções específicas.

Diante do potencial informativo e o alcance dos recursos audiovisuais e, prezando pela diversificação no uso de diferentes mídias e linguagens favorecidas pelas TDIC, foram produzidos e publicados, até agosto de 2020, mais de 100 (cem) videoaulas no canal oficial da EaD do IFG no YouTube, disponível no link <https://youtube.com/eadifgoficial>. A atualização desse repositório, com a inserção de novos materiais, tem sido uma estratégia

importante e efetiva no atendimento às demandas formativas da comunidade acadêmica da instituição.

2. O Papel da DEaD na formação e nos suportes tecnológico e pedagógico

O desenvolvimento das tecnologias e das redes de comunicação digitais propiciaram a difusão de uma sociedade conectada, o que tem provocado mudanças acentuadas nas relações humanas, bem como na constituição de novos cenários de ensino e de aprendizagem. Neste contexto, a adoção de processos formativos a distância tem sido cada vez maior, inclusive nas instituições públicas de ensino.

O uso das tecnologias digitais na prática pedagógica pode estimular a experimentação, reflexão e geração de conhecimentos individuais e coletivos. Trata-se da organização de uma outra estrutura de aprendizado, capaz de favorecer a construção de um espaço de aprendizagem mais dinâmico e colaborativo.

É importante ressaltar que, como todo e qualquer processo de aprendizagem, o domínio das ferramentas, o aprimoramento das práticas de ensino dentro do ambiente virtual e o aperfeiçoamento na elaboração do material adequado, voltado tanto aos conhecimentos ministrados como também às práticas do ensino a distância, exigem pesquisa, estudo e prática constantes. Cada pessoa tem seu tempo de aprender e um conhecimento prévio diferente acerca do uso das tecnologias digitais, seja no cotidiano ou na sua prática pedagógica.

No contexto do IFG, o domínio das ferramentas e das metodologias constitutivas do ensino a distância pode ser favorecido com a realização de cursos autoformativos, introdutórios e de aperfeiçoamento, na modalidade EaD, ofertados no ambiente Moodle. Na categoria Introdutórios, encontram-se disponíveis cursos formativos relativos à ambientação de docentes e discentes ao AVEA institucional, à preparação para o uso dos recursos disponíveis na plataforma Moodle, bem como aos fundamentos da EaD e suas particularidades. Outros cursos de aperfeiçoamento que contemplam desde o processo de criação de videoaulas até a adoção de metodologias ativas como a Sala de Aula Invertida também estão disponíveis por meio do link <https://www.ifg.edu.br/ead/cursos-ead>.

Cabe destacar que o processo de autoformação é compreendido pela DEaD como aquele no qual o cursista possui a autonomia para realizá-lo de acordo com seu tempo, respeitadas as condições mínimas de acesso e prazos máximos de execução, favorecendo o ritmo pessoal de estudo de cada indivíduo. Tal processo se diferencia da "autoinstrução" por ser concebido e desenvolvido por meio do acompanhamento constante, um suporte pedagógico para que o sujeito que aprende se sinta assistido e, ainda, para que as trocas de experiências sejam favorecidas entre os próprios estudantes.

Além da autoformação propiciada pelos cursos disponíveis no Moodle, as ações formativas da DEaD acerca do uso das tecnologias digitais na prática educativa, no âmbito de todos os câmpus do IFG, se materializaram na produção de materiais didáticos (apostilas), disponíveis para leitura e impressão (formato PDF) no site do IFG, bem como na produção constante de videoaulas de curta duração, também disponíveis para o público em geral, interno e externo, no canal oficial do IFG no YouTube.

3. Fundamentos Político-Pedagógicos institucionais e a EaD

A trajetória da EaD em nosso país desenvolve-se em meio às políticas e dinâmicas adotadas no contexto da reforma do Estado e da reforma do sistema educativo, em articulação com os processos transnacionais, destacando-se as recomendações dos organismos multilaterais, como a UNESCO, que a recomendam como modalidade educativa a ser expandida e institucionalizada (DOURADO, 2008).

[..] a Educação a Distância possui uma relevância social muito importante, pois permite o acesso ao sistema àqueles que vêm sendo excluídos do processo educacional superior público por morarem longe das universidades ou por indisponibilidade de tempo nos horários tradicionais de aula [...] (ALVES, 2011)

Por sua relevância social e inclusiva, a EaD, como modalidade de ensino, vai ao encontro dos princípios ético-políticos do IFG, expressos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, p. 13):

Seus princípios ético-políticos estão estruturados a partir da defesa da democratização da sociedade, da dignidade humana, dos direitos humanos, da diversidade, da inclusão, do desenvolvimento sustentável e da justiça social, a fim de contribuir na construção de uma sociedade justa e menos desigual.

É sabido que há múltiplos desafios a serem transpostos para concretizar os intentos de justiça social e inclusão, por exemplo, os quais fundamentam os demais princípios citados acima. A luta é diária e ininterrupta e não se restringe à modalidade presencial de ensino. O mesmo ocorre na EaD, com o agravante de que o acesso às tecnologias, ou seja, aos meios pelos quais a modalidade acontece, ainda é privilégio de poucos.

Salvaguardando as peculiaridades e o processo de evolução sócio-histórica pelo qual cada modalidade de ensino passou e passa, ambas enfrentam os mesmos entraves, característicos dos programas de (des)governo ou do descompromisso com a Educação do Brasil. Entretanto, não cabe, neste espaço, explicitar a trajetória de ambas as modalidades no contexto educacional brasileiro, nem pormenorizar as dificuldades enfrentadas para que a função social da educação pública, no âmbito do IFG especificamente, se concretize. O que se pretende aqui é ratificar que os princípios e fundamentos basilares da educação profissional, técnica e tecnológica no IFG norteiam todos os níveis e modalidades de ensino ofertados pela instituição, não sendo diferente no que diz respeito à modalidade a distância.

Apesar das especificidades metodológicas da EaD e do fato de que essa modalidade se realiza via mediação tecnológica, por meio das TDICs, a figura do docente não tem sua relevância diminuída em momento algum. Ao contrário, o diálogo e a proximidade pedagógica precisam ser ampliados, a fim de que a distância física seja superada, possibilitando a efetivação de uma EaD de qualidade.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI, p. 23),

os princípios metodológicos da ação educativa e do currículo estão expressos conforme descritos: a. integração entre conhecimento geral e conhecimento específico como princípio norteador da construção dos diversos itinerários formativos presentes na Instituição; b. formação técnica e tecnológica e a criação de tecnologia como construtos histórico-sociais, culturais e econômicos; c. integração entre teoria e prática; d. formação básica sólida, capacitando a/o aluna/o trabalhadora/or, jovem e adulta/o, a atuar de maneira autônoma na sua relação com as demandas de conhecimentos oriundos do mundo do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura.

Naturalmente, um projeto educacional de qualidade socialmente referenciada passa pela integração entre os princípios político-pedagógicos da instituição e a concepção teórico-metodológica do docente acerca do processo de ensinar e aprender. Tal premissa também perpassa a modalidade a distância, não sendo, pois, exclusividade do contexto presencial.

Nesse sentido, a formação continuada desempenha um papel fundamental para que o projeto pedagógico institucional, expresso nos documentos oficiais, se realize. O princípio da omnilateralidade, por exemplo, tão caro à instituição, visa contribuir para uma educação humana, na qual os sujeitos sejam capazes de produzir e fruir ciência, arte e técnica. Essa formação prevê a integração recíproca da escola à sociedade, a fim de transpor o estranhamento entre as práticas educativas e as demais práticas sociais.

De acordo com o PPPI, na Educação Profissional e Tecnológica, principalmente considerando o seu caráter público e gratuito, há de se preservar e ampliar as possibilidades de processos

formativos cuja ênfase seja a afirmação de uma Instituição que forma trabalhadores, na sua qualidade de ser humano emancipado, autônomo e solidário. A relação entre educação e trabalho compreendida nestes termos indica, também, que o conhecimento e a tecnologia estão ligados à cultura, à organização social e à práxis histórica.

Desta feita, o processo de ensino e aprendizagem no contexto da Educação Profissional Técnica e Tecnológica entrelaça teoria, prática e formação humana integral, visando preparar o discente para atuar no mundo do trabalho e na sociedade para “[...] não apenas se adaptar à realidade, mas, sobretudo, para transformar, para nela intervir, recriando-a” (FREIRE, 1996, p. 28). Eis o princípio que também embasa a concepção de aprendizagem ativa, fundamento teórico das metodologias ativas de aprendizagem, as quais podem ou não serem utilizadas em ambas as modalidades: presencial e a distância.

De acordo com Moran,

Os processos de aprendizagem são múltiplos, contínuos, híbridos, formais e informais, organizados e abertos, intencionais e não intencionais. O ensino regular é um espaço importante, pelo peso institucional, anos de certificação e investimentos envolvidos, mas convive com inúmeros outros espaços e formas de aprender mais abertos, sedutores e adaptados às necessidades de cada um (2018, p. 3).

Em suma, as modalidades formais de ensino convivem com outros meios de se ensinar e aprender. Neste contexto, a EaD agrega outros formatos e modelos de educação, os quais dependem dos objetivos educacionais traçados e da mediação docente, a fim de orientar os estudantes nesse universo de múltiplas possibilidades de aprender. Eis porque a formação continuada se configura de premissa *sine qua non* para o desenvolvimento do processo educativo, independentemente da modalidade de ensino adotada.

4. Educação Híbrida

A abordagem híbrida de ensino e aprendizagem se refere à utilização combinada entre o aprendizado on-line e o presencial, criando modelos que mesclam momentos em que o estudante estuda em um ambiente virtual, utilizando ferramentas tradicionalmente da educação a distância, com outros característicos da aprendizagem presencial.

Grosso modo, há a tendência de atribuir a modalidade híbrida de ensino (*Blended Learning*) a uma mistura cartesiana de modelos educacionais que historicamente se desenvolveram por caminhos diferentes. Entretanto, conceitualmente, a educação híbrida implica em uma reflexão sistemática sobre quais objetivos educacionais serão responsáveis por estimular e promover a mistura entre os ambientes on-line e presencial (SOUSA; JUNIOR, 2019).

Na perspectiva da educação híbrida, ambas as modalidades convergem na busca de alcançarem os mesmos objetivos educacionais, pautados nas potencialidades de cada uma:

interação, dialogia, flexibilidade de tempo e de espaço, no caso no contexto on-line, e o desenvolvimento das dimensões que a interação presencial permitem. Nesse contexto, as TDICs atuam como ferramentas pedagógicas que contribuem para o desenvolvimento do processo educativo pautado nas diversas relações sociais que permeiam a vida do estudante.

Christensen, Horn e Staker (2013, p.7) descrevem alguns modelos e conceituam a abordagem do ensino híbrido como um programa de educação no qual

um estudante aprende pelo menos em parte, por meio do ensino on-line, com algum elemento de controle do estudante sobre o tempo, lugar, modo e/ou ritmo do estudo, e pelo menos em parte em uma localidade física supervisionada, fora de sua residência e que as modalidades ao longo do caminho de aprendizado de cada estudante ou matéria estejam conectados, oferecendo uma experiência de educação integrada.

Na mesma linha de pensamento, Bacich, Tanzi Neto e Trevisani (2015, p. 1) entendem o ensino híbrido como “uma abordagem que busca a integração das tecnologias digitais aos conteúdos trabalhados em sala de aula, de forma que, mais do que enriquecer as aulas, seja possível oferecer diferentes experiências de aprendizagem aos estudantes”. Nessa perspectiva, o estudante deve ter algum tipo de controle em relação ao tempo, ao lugar, ao caminho e/ou ao ritmo. Dessa forma, permite-se ao estudante a flexibilização do tempo e espaço, mas também de seu ritmo de estudo, propiciando atividades que respeitam os diferentes estilos de aprendizagem.

Seguem algumas características da Educação Híbrida:

1. Incentiva o desenvolvimento da autonomia dos estudantes, permitindo a flexibilização do tempo e a escolha do momento oportuno para resolver as atividades propostas.
2. Acontece por meio da integração com as tecnologias digitais ao ensino, criando novas possibilidades de aprendizado.
3. Utiliza uma plataforma virtual por meio da qual professores e estudantes interagem, sendo possível integrar atividades, materiais didáticos, fóruns de discussões, entre outras propostas.
4. Permite o acompanhamento individualizado dos estudantes, auxiliando na elaboração de diferentes estratégias de ensino de acordo com as necessidades de cada um.

A educação híbrida pode proporcionar a incorporação de novos ambientes e processos de aprendizagem, por meio dos quais “a interação comunicativa e a relação ensino e aprendizagem se fortalecem” Kenski (2012, p. 90). Importante ressaltar que o professor continua tendo um papel muito importante no processo. É ele quem direciona o trabalho,

detecta o que pode ser aprimorado para que se possa atingir os objetivos, planeja as atividades e seleciona o conteúdo. Todavia os estudantes participam ativamente, tendo papel central no processo, no seu tempo e ritmo de forma personalizada e significativa.

5. Detalhamento metodológico das atividades não presenciais no Projeto Pedagógico do Curso

Ao adotar a perspectiva de oferta de parte da carga horária a distância em um curso presencial, necessário se faz dedicar um tópico do Projeto Pedagógico de Curso para a apresentação metodológica dos momentos a distância, com destaque para a mediação docente via ferramentas tecnológicas, dentro e fora do AVEA.

Neste sentido, para a efetiva aplicação da metodologia híbrida, é imprescindível integrar as modalidades presencial e a distância, visando enriquecer o processo de ensino e aprendizagem. Isso porque, sob essa perspectiva metodológica, o/a estudante aprende por meio da articulação entre espaços e tempos on-line, síncronos e assíncronos, e presenciais.

Torna-se necessário, pois, definir quais mídias serão utilizadas na construção da proposta pedagógica, considerando a convergência dos equipamentos e a integração entre materiais impressos, radiofônicos, televisivos, de informática, de teleconferências, dentre outros (PDI, p. 75).

Dentro do tópico dedicado à metodologia de ensino a ser utilizada na carga horária a distância, pode-se explicitar como se darão as atividades não presenciais, o acompanhamento das mesmas e a integração pedagógica destas com os momentos presenciais.

Os recursos didáticos como videoaulas, fóruns de discussão, indicação de e-books, URLs, blogs e podcasts a serem planejados/hospedados no Moodle podem ser citados, agregando, portanto, as tecnologias digitais ao processo educativo.

[...]faz-se importante articular os materiais educacionais entre si e a módulos/ unidades de estudos, indicando como o conjunto desses materiais se inter-relaciona de modo a promover a integração curricular e a evitar a fragmentação e a descontextualização do conteúdo (PDI, p. 75).

O planejamento é fundamental na prática híbrida de ensino. Isso porque, além de buscar a articulação entre o que será realizado em sala de aula e on-line, é preciso considerar algumas particularidades do processo de ensino e aprendizagem a distância quando se deseja transitar para além dos limites da sala de aula presencial.

A organização metodológica e curricular com relação à oferta de disciplinas híbridas, ou seja, que mesclam as metodologias síncronas e assíncronas advém do planejamento coletivo expresso no Projeto Pedagógico de cada curso (PDI, p. 75).

Assim, é preciso que o Projeto Pedagógico de Curso:

- Identifique na matriz curricular a carga horária a ser cumprida a distância;
- Explícite os componentes curriculares a serem ofertados parcialmente a distância;
- Apresente as estratégias de ensino e os recursos tecnológicos a serem adotados nos momentos não presenciais;
- Explícite as estratégias de integração entre as modalidades presencial e a distância;
- Preveja a atenção e os suportes pedagógico e tecnológico aos estudantes com necessidades educacionais especiais.

Importante ressaltar que a adoção de carga horária a distância nos cursos presenciais de graduação ofertados por instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino - encontra-se regulamentada na Portaria MEC nº 2.117/2019. Contudo, as orientações expressas neste tópico são válidas para todos os níveis de ensino que se propuserem a adotar a metodologia híbrida no IFG.

6. A EaD e a Pós-Graduação *Lato Sensu*

Um marco regulatório importante para a oferta de Pós-Graduação a distância foi a publicação da Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, a qual objetivou disciplinar a ampliação da oferta de cursos de ensino superior no País. O referido documento desvinculou o credenciamento de instituições de ensino superior (IES) para cursos de educação a distância (EaD) do credenciamento para cursos presenciais. Assim, tornou-se possível às instituições de ensino oferecer exclusivamente cursos na modalidade a distância, tanto na graduação como na pós-graduação *lato sensu*, para além da atuação na oferta do ensino presencial.

No caso específico do IFG (IES pública) este fica automaticamente credenciado para a oferta dos referidos cursos na modalidade EaD, devendo, contudo, passar pelo processo de credenciamento junto ao MEC em até 5 anos após a abertura do primeiro curso superior a distância. Cabe destacar que o Instituto, em virtude da sua autonomia, pode ofertar cursos EaD sem necessidade de requerer autorização prévia do MEC para seu funcionamento, porém, assim como as demais IES, deve manter cursos de graduação em funcionamento para legitimar a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Ainda não há nenhum curso de graduação a distância em funcionamento no IFG. A Portaria MEC nº 11/2017 estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto no 9.057, de 25 de maio de 2017. Institucionalmente, ainda não há nenhum documento regulador da proposição, planejamento, organização e oferta de cursos de graduação a distância, especificamente. Tal

vazio deve ser preenchido, em grande parte, a partir da tramitação e aprovação da minuta das Diretrizes da Educação a Distância do IFG, propostas por esta Diretoria.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* ofertados pela instituição têm cada vez mais adaptado seus projetos pedagógicos visando a adoção da metodologia híbrida de ensino e aprendizagem. Tais adequações estão disciplinadas na Resolução CONSUP nº 19/2020.

A proposição de cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* institucionais na modalidade a distância deve se dar a partir de uma construção coletiva, de maneira a atender os preceitos de qualidade e de formação crítica e emancipatória em todos os níveis e modalidades ofertadas pelo IFG.

7. Possibilidades de expansão da EaD no IFG

7.1 Educação Aberta - Cursos no formato MOOC

O acrônimo *MOOC*, do inglês, significa "Massive Open Online Courses". São cursos massivos, abertos e on-line, ou seja, é um modelo de formação para um grande número de pessoas, realizado por meio da internet e, até certo ponto, de modo aberto, flexível e livre. Os MOOCs são cursos que oferecem uma abordagem sequencial de determinado tema ou conteúdo, podendo funcionar como uma primeira etapa de acesso a determinada área do conhecimento.

Cursos nesse formato geralmente têm um período de duração entre quatro e dez semanas e prevêem a realização de atividades e de momentos de avaliação. Os MOOCs são considerados um tipo de configuração de EaD intensamente mediada pelas TDICs, ou seja, é uma forma particular de *e-learning*.

Trata-se de um curso *aberto*, em vários sentidos: pela forma de acesso, por muitas vezes ser gratuito e ter modelo pedagógico flexível. Embora essas três características nem sempre coexistam, é um curso aberto por ser acessível (virtualmente) a qualquer pessoa, por não exigir nenhum critério de admissão (geralmente, pede apenas um nome de usuário e senha), por geralmente não implicar pagamento de inscrição, por ter uma organização curricular flexível, por usar recursos educacionais abertos (REA) disponíveis para livre usos e modificação e por utilizar a abordagem conectivista (CARMO apud MILL, 2018, P. 459)

De acordo com Santos (2012), os recursos educacionais abertos (REA) são “materiais de ensino, aprendizagem ou pesquisa que estejam em domínio público ou que tenham sido disponibilizados sob uma licença de propriedade intelectual que permita seu livre uso e adaptação por terceiros”. Esses recursos incluem cursos completos, materiais didáticos, módulos, vídeos, livros, *softwares* e quaisquer ferramentas, materiais ou técnicas usadas para apoiar o acesso ao conhecimento.

O conectivismo é a abordagem mais utilizada nos cursos MOOC. Essa abordagem se apoia na premissa de que, devido à abundância e o fácil acesso à informação, a aprendizagem não é mais concebida como memorização ou mesmo como compreensão de tudo, mas como construção e manutenção de conexões em rede para que o aprendiz seja capaz de encontrar e aplicar conhecimento quando e onde for necessário (MATTAR, 2012). Toma-se como ponto de partida para seu entendimento o sujeito e suas relações com a tecnologia e com as outras pessoas em rede, por meio das TDICs.

O alcance dos cursos abertos, por meio da conectividade, amplia o acesso de mais pessoas a diferentes possibilidades formativas. Apesar do MOOC estar, em seu bojo, relacionado à autoinstrução, a perspectiva adotada na oferta dos cursos da Diretoria de EaD do IFG é a da autoformação, mesmo se tratando de uma oferta massiva e aberta. Sob o ponto de vista da perspectiva autoformativa, o estudante “é concebido como um sujeito ativo, o que significa considerá-lo dentro de seu contexto, entender o que sabe e como pode articular seus conhecimentos prévios e vivências para estudar os conteúdos nas formações a distância” (MILL, 2018, p. 64). Neste contexto, o acompanhamento e o suporte pedagógico, realizados por um servidor orientado e formado pela DEaD, visam contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem e para o aprimoramento do percurso formativo do estudante.

A Diretoria de Educação a Distância (DEaD/PROEN) do IFG iniciou a oferta de cursos abertos no ano de 2021, como resultado de projeto piloto de elaboração de cursos de autoformação na plataforma IFG Virtual. Sete cursos foram elaborados por servidores selecionados por meio de edital. Outros três cursos, elaborados pela equipe da DEaD, também foram disponibilizados, totalizando uma oferta piloto de dez cursos no formato MOOC. Em todos os cursos ofertados nesse formato há um servidor selecionado por meio de edital, orientado e supervisionado pela equipe pedagógica e tecnológica da DEaD, que faz o acompanhamento dos estudantes, mediando, intervindo e respondendo às dúvidas dos mesmos.

7.2. Oferta de Cursos de Graduação e Pós-Graduação

Outra possibilidade de expansão da EaD no IFG é a oferta institucional de cursos de graduação e pós-graduação, *lato e stricto sensu*. A Portaria nº 315/2018 e a Portaria nº 90/2019 apontam diretrizes regulatórias para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* e pós-graduação *stricto sensu*, respectivamente.

A proposição de cursos institucionais a distância, nos níveis supracitados, deve advir dos câmpus do IFG, como parte integrante do Plano de Oferta de Cursos e Vagas (POCV). À DEaD cabe apreciar o Projeto Político Pedagógico proposto, orientar, supervisionar e proporcionar formação continuada aos servidores envolvidos na oferta. Para tanto, e buscando estreitar os laços entre esta Diretoria e os quatorze câmpus, foi proposta para o novo Regimento Geral a constituição de um Núcleo de EaD em cada unidade de ensino do IFG.

A minuta do documento que irá disciplinar as ofertas institucionais de EaD no IFG será apresentada à Câmara de Ensino da Pró-Reitoria de Ensino e posteriormente irá para consulta pública ainda em 2021. A ampla discussão sobre a EaD no IFG será promovida por meio de um evento a ser realizado pela Diretoria de EaD, o qual contará com a participação da comunidade acadêmica e com especialistas na área.

7.3 Núcleos de EaD nos câmpus (NEaDs)

A constituição do Núcleo de Educação a Distância nos câmpus do IFG foi proposta nas discussões de alteração do Regimento Geral do IFG. Essa proposição justifica-se pela necessidade promover a integração entre o Câmpus e a Diretoria de Educação a Distância nas ações de formação continuada direcionadas aos professores, ao apoio técnico-pedagógico e a todos/as envolvidos/as no processo educativo que contempla a mediação pedagógica por meio das TDICs. Em caso de aprovação dessa proposta, sua composição e competências serão definidas em regulamento próprio a ser elaborado.

Considerações Finais

As experiências acumuladas ao longo da trajetória da EaD no IFG permitiram perceber que a educação já não é mais vista como uma atividade restrita a lugares físicos e a tempos determinados. É crescente a busca por soluções inovadoras, mediadas pelas TDICs, para uma educação mais abrangente e inclusiva.

Neste sentido, é imprescindível avançar na implementação das ações voltadas à institucionalização da Educação a Distância no IFG, bem como favorecer a incorporação das tecnologias digitais da informação e comunicação ao processo de ensino e aprendizagem nas diferentes modalidades e níveis de ensino, em consonância com os objetivos e metas traçados no atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) do IFG.

É preciso ressaltar, entretanto, que a EAD não é uma alternativa que exclui o ensino presencial. Pelo contrário: o consenso converge para um modelo híbrido, no qual iniciativas educacionais fazem uso tanto da educação presencial quanto da educação a distância. Essa metodologia prevê um currículo mais flexível, que aborde o que é básico e fundamental para todos e que permita, ao mesmo tempo, caminhos mais personalizados para atender às necessidades de cada estudante. Também prevê integrar áreas diferentes, profissionais diferentes e alunos diferentes, em espaços e tempos diferentes.

Tendo como premissa a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, bem como os princípios que constituem o compromisso com a educação pública e socialmente referenciada, esta Diretoria vem empenhando esforços para ampliar e consolidar o campo

de atuação da educação a distância no Instituto Federal de Goiás, por meio do planejamento e da efetivação das ações formativas constitutivas de seu papel institucional.

Referências

BACICH, L. TANZI NETO, A.; TREVISANI, F. M. (Org.). **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

BACICH, L. MORAN, J. (orgs). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRASIL. MEC. **Referenciais de qualidade para a educação superior a distância**. Brasília. 2007 disponível em: <
<http://portal.mec.gov.br/programasaude-da-escola/193-secretarias-112877938/seed-educacao-a-distancia96734370/12777-referenciais-de-qualidade-para-ead>> acesso em: março de 2021.

_____. **PNE. Plano Nacional de Educação. LEI nº 13.005/2014**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> .

_____. **Portaria MEC nº 11/ 2017**. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=66441-pn-n11-2017-regulamentacao-ead-republicada-pdf&category_slug=junho-2017-pdf&Itemid=30192 .

_____. **Decreto MEC nº 9.057/2017**.Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm .

_____. **Portaria nº 315, de 04 de abril de 2018**. Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior - IES integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-315-de-4-de-abril-de-2018-9177556> .

_____.**Portaria nº 90, de 24 de abril de 2019**. Dispõe sobre os programas de pós-graduação stricto sensu na modalidade de educação a distância. Disponível em:<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n%C2%BA-90-de-24-de-abril-de-2019-85342005> .

_____. **Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados

por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.
Disponível em:
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-2326709>
13.

CIAVATTA, Maria. **O trabalho como princípio educativo**. In: Dicionário da Educação Profissional em Saúde, 2009. Disponível em:
<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/trapriedu.html>.

CRUZ, M.D. (2010). **Formação docente e mediação pedagógica em cursos de licenciatura a distância no sistema universidade aberta do Brasil**. Inter-Ação, Revista da Faculdade de Educação da UFG, v. 35, n. 2, pp. 323-340.

DOURADO, L.F. **Políticas e gestão da educação superior a distância: novos marcos regulatórios?** Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 104 - Especial, p. 891-917, out. 2008. Disponível em
<https://www.scielo.br/j/es/a/XjRnGPhw6sBR9W5BXw9wSrt/?lang=pt&format=pdf>.

FREIRE, Paulo. (1993). **Política e educação**. São Paulo: Cortez Editora.

_____. (1996). **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra.

FREITAS, L.G. de e SOUSA, C.A. de M. (2013). **Mediação pedagógica na educação a distância: as pesquisas brasileiras**. Linhas Críticas, v. 19, n. 40, set-dez., Brasília, pp. 523-542.

HOLMBERG, B. **The evolution of the character and practice of distance education**. Open Learning, v.10, jun., pp. 47-53.

HORN, M. B.; STAKER, H. Blended: **Usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Resolução CONSUP nº 19/2020**. Regulamenta a adoção de até 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso presencial seja oferecida na modalidade a distância, dentro da organização pedagógica e curricular. Disponível em:
http://www.ifg.edu.br/attachments/article/209/RESOLU%C3%87%C3%83O%2019_2020%20-%20REI-CONSUP_REITORIA.pdf.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2018/ 2023**. Disponível em http://www.ifg.edu.br/attachments/article/11546/PDI_IFG_2019_2023.pdf.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) 2018**. Disponível em http://www.ifg.edu.br/attachments/article/11548/PPPI_IFG_2018.pdf.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Editora Papyrus, 2012.

LIMA; RODRIGUES; CRUZ. Daniela da Costa Britto Pereira; Marina Campos Nori; Joseany Rodrigues. **Educação Semipresencial e Híbrida no Brasil**: descortinando conceitos e regulamentação. Revista EducaOnline, Volume 15 – Nº 1 – Janeiro / Abril de 2021. Disponível em <http://www.latec.ufri.br/revistas/index.php?journal=educaonline&page=article&op=view&path%5B%5D=1160&path%5B%5D=0>.

MATTAR, J. **Aprendizagem em ambientes virtuais**: teorias, conectivismo e MOOCs. teccogs n. 7, 156 p, jan.-jun, 2013. Disponível em http://www4.pucsp.br/pos/tidd/teccogs/educacao_completa/teccogs_cognicao_informacao-e_dicao_7-2013-completa.pdf. Acesso em julho de 2021.

MILL, D. (2013). **Escritos sobre educação**: desafios e possibilidades para ensino e aprender com as tecnologias emergentes. São Paulo: Paulus.

_____. (org.). **Dicionário crítico de educação e tecnologias e de educação a distância**. Campinas, SP: Papirus, 2018.

MEIER, M. e GARCIA, S. (2007). **Mediação da aprendizagem**: contribuições de Feuerstein e de Vygotsky. Curitiba: Edição do Autor.

MOORE, M.G. **Theory of transactional distance**. Keegan, D., ed. "Theoretical Principles of Distance Education (1997), Routledge, pp. 22-38.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

SANTOS, A. I. **O valor dos recursos educacionais abertos**: oportunidade de empreendedorismo e inovação nas IES particulares brasileiras. teccogs n. 7, 156 p, jan.-jun, 2013. Disponível em http://www4.pucsp.br/pos/tidd/teccogs/educacao_completa/teccogs_cognicao_informacao-e_dicao_7-2013-completa.pdf. Acesso em julho de 2021.

SILVA, Robson Santos da. **Moodle 3 Para Gestores, Autores e Tutores**. 1 ed. São Paulo: Novatec, 2016.

SOUSA; JUNIOR. Sidinei de Oliveira e Klaus Schlünzen. **A Teoria da Distância Transacional como Arcabouço Conceitual para a Abordagem Blended Online POPBL**. Revista Educação e Cultura Contemporânea, v. 16, n. 42, 2019 DOI 10.5935/2238-1279.20190034.

VALENTE, J. A. **Blended learning e as mudanças no ensino superior: a proposta da sala de aula invertida**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 4/2014, p. 79-97. Editora UFPR.

ZEICHNER, K.M. (2003). **Formando professores reflexivos para a educação centrada no aluno: possibilidades e contradições.** In: BARBOSA, R.L.L. (org.). Formação de educadores: desafios e perspectivas: São Paulo: Unesp.